

Intencionalidade (1874)

Franz Brentano (1838-1917)

Trechos de BRENTANO, F. (1874), *Psychologie vom empirischen Standpunkt*. Leipzig: Duncker & Humblot, Livro II, Cap. I, § 5 e 9, pp. 115-8, 126-7. Em 1911 Brentano republicou o livro II com o título *Von der Klassifikation der psychischen Phänomene*, com notas explicando suas mudanças de opinião. Em 1924 seu aluno Oskar Kraus lançou a 2ª edição da obra, com comentários seus, e em 1928 publicou o Livro III. Tradução da 2ª edição para o inglês: *Psychology from an empirical standpoint*, editado por Linda L. McAlister, trad. A.C. Rancurello, D.B. Terrell & L.L. McAlister, 2ª ed., 1995, Routledge, London, pp. 68-9, 74-5. Na internet há também a tradução espanhola: *Psicología desde un punto de vista empírico*, trad. H. Scholten, pp. 81-6, 97-8.

Adaptação cotejada da tradução espanhola feita por Osvaldo Pessoa Jr. para o curso de TCFC III: Filosofia das Ciências Neuraís, FFLCH, USP, 2017.



Franz Clemens Honoratus
Hermann Brentano.

§ 5. É característica dos fenômenos psíquicos sua referência a um objeto

[115] Que critério positivo [para o fenômeno psíquico, *psychischen Phänomene*] poderíamos pois indicar? Ou será que não há uma definição positiva, que valha conjuntamente para todos os fenômenos psíquicos? A. Bain pensa que de fato não há nenhuma.* Mesmo assim, psicólogos de tempos mais antigos chamaram atenção para uma especial afinidade e analogia que existe entre todos os fenômenos psíquicos, e da qual os fenômenos físicos não compartilham.

Cada fenômeno psíquico é caracterizado pelo que os escolásticos da Idade Média chamavam de a inexistência intencional (ou mental)[†] de um objeto [*intentionale Inexistenz eines Gegenstandes*], e que nós chamaríamos, mesmo com expressões não inteiramente inequívocas, de referência a um conteúdo, direção a um objeto (pelo qual não se deve entender uma realidade), ou objetividade imanente. Cada fenômeno psíquico contém em si algo como seu objeto, se bem que nem todos do mesmo modo. Na ideia [*Vorstellung*] há algo ideado; no juízo há algo admitido ou recusado; no amor, amado; no ódio, odiado; no apetite [*Begehren*], apetecido, etc.[‡] [116]

Esta inexistência intencional é própria exclusivamente dos fenômenos psíquicos. Nenhum fenômeno físico oferece algo semelhante. Com isso podemos definir os fenômenos psíquicos dizendo que são aqueles fenômenos que contêm em si, intencionalmente, um objeto.

* BAIN, Alexander (1855). *The senses and the intellect*. London: J.W. Parker & Son. 3ª ed.: 1868. Ver “Introduction”.

[†] Usam também a expressão “estar objetivamente em algo” [*gegenständlich in etwas sein*], que se fosse usada hoje em dia seria tomada em sentido inverso, como designando a existência real fora do espírito. Porém, podemos recordar a expressão “ser objetivo em sentido imanente”, que se usa às vezes no mesmo sentido, e na qual o “imanente” impede manifestamente o temível equívoco. (N. do T.: “ou meramente ‘existência intencional’; o prefixo ‘in-’ não indica negação, mas localização, indicando existência na mente”, p. 423 de MCALISTER, Linda L., 1970, “Franz Brentano and intentional inexistence”, *Journal of the History of Philosophy* 8: 423-30.)

[‡] Aristóteles já havia falado desta inerência psíquica [*psychischen Einwohnung*] [... Nota explicitando o uso do conceito em Aristóteles, Fílon, Santo Agostinho, Santo Anselmo, que no argumento ontológico para a existência de Deus teria “considerado a existência mental como uma existência real”, e São Tomás de Aquino, que ensinou que “o pensado está intencionalmente em quem pensa” – *das Gedachte sei intentional in dem Denkenden.*]

Mas também aqui nos deparamos com discussões e oposições. Em especial, Hamilton nega a propriedade indicada a uma classe muito ampla de fenômenos psíquicos, a saber, todos aqueles que ele denomina sentimentos [*Gefühle*] (*feelings*), o prazer e a dor, em suas variadas espécies e matizes. Com respeito aos fenômenos do pensamento e do apetite, coincide com nós. Manifestamente, não há pensamento sem um objeto pensado, nem apetite sem um objeto apetecido. “Pelo contrário”, diz ele, “nos fenômenos do sentimento (nos fenômenos do prazer e da dor), a consciência não coloca diante de si a modificação ou o estado mental, não o contempla separado de si (*apart*), mas está, por assim dizer, *fundido em uma unidade*. [117] A peculiaridade do sentimento, portanto, é que não há nada que não seja subjetivamente subjetivo (*subjectively subjective*); não há [*i*] nenhum objeto distinto do eu [*self*], [*ii*] nenhuma objetificação de qualquer modo do eu.”[§] No primeiro caso [*i*], haveria algo “objetivo”, segundo a terminologia de Hamilton [*object-object*]; no segundo [*ii*], algo “objetivamente subjetivo”, como o conhecimento de si mesmo, cujo objeto Hamilton chama “objeto do sujeito” [*subject-object*]; Hamilton, negando ambas as coisas no que se refere ao sentimento, nega a este, de modo inequívoco, qualquer inexistência intencional.

Com efeito, o que Hamilton diz não está completamente correto. Certos sentimentos se referem, inegavelmente, a objetos que a própria linguagem indica mediante as expressões de que se serve. Dizemos que nos alegamos com algo ou por algo, que nos entristecemos ou sentimos pesar por algo; e também se diz: isto me alegra, isto me dói, isto me deixa triste, etc. A alegria e a tristeza, assim como a afirmação e a negação, o amor e o ódio, o apetite e a aversão, claramente seguem uma ideia e se referem ao ideado nesta.

Nos inclinaríamos a concordar com Hamilton, sobretudo naqueles casos em que, como vimos, sucumbimos mais facilmente à ilusão de que o sentimento não se baseia em nenhuma ideia; como, por exemplo, no caso de dor despertada por um corte ou uma queimadura. Mas o motivo não é outro que a propensão a esta, como vimos, errônea suposição. Mesmo Hamilton reconhece, conosco, o fato de que as ideias formam o fundamento dos sentimentos, sem exceção, e, portanto, também neste caso. Assim, sua negação de que há um objeto que corresponda aos sentimentos torna-se ainda mais surpreendente.

Uma coisa certamente deve-se admitir: o objeto ao qual um sentimento se refere não é sempre um objeto externo. Quando ouço um acorde, [118] o prazer que sinto não é propriamente um prazer pelo som, mas um prazer pela audição. Talvez inclusive se pudesse dizer, não sem razão, que ele de certo modo se refere a si mesmo, e isso resulta, mais ou menos, o que Hamilton diz, a saber, que o sentimento está “fundido em uma unidade” com seu objeto. Mas isto não é diferente do que ocorre, do mesmo

[§] HAMILTON, William (1860), *Lectures on metaphysics and logic*, W. Blackwood, Edinburgh, 4 vols. Publicação póstuma organizada por H.L. Mansel & J. Veitch, redigida em 1836-8. Ver vol. II [não I, como indicado por Brentano], p. 432. [Tradução da citação feita do original em inglês. Brentano traduz o inglês “*mental*” por “*psychische*”. Por sinal, como ele ocasionalmente usa o termo alemão “*mentale*”, traduzo neste texto o seu “*psychische*” por “psíquico”.] Sobre o significado de sentimento em Hamilton (p. 433): “É completamente diferente, por exemplo, sentir fome e sede, enquanto estados de dor [sentimento], e desejar ou querer seu apaziguamento [apetite]; e ainda mais diferente é desejar ou querer seu apaziguamento, e apreciar o prazer propiciado no próprio ato de apaziguamento”.

modo, em fenômenos do pensamento [*Vorstellung*] e do conhecimento, como veremos na investigação sobre a consciência interna [*innere Bewusstsein*]. Mesmo assim, permanece nesses uma inexistência mental, um objeto do sujeito [*Subject-Object*], para usar as palavras de Hamilton; e o mesmo ocorre para esses sentimentos. Hamilton não tem razão quando diz que neles tudo é “subjetivamente subjetivo”, expressão que é propriamente auto-contraditória, pois onde não se pode falar de *objeto*, tampouco cabe falar de *sujeito*. Além disso, quando Hamilton falava de uma fusão, em uma unidade, do sentimento com a impressão psíquica, ele estava a rigor dando uma testemunha contra si mesmo. Toda fusão é uma unificação de diversas coisas; de modo que a expressão figurada, que deveria tornar intuitiva a peculiaridade do sentimento, segue referindo-se a uma certa dualidade na unidade.

Podemos, pois, considerar, com razão, a inexistência intencional de um objeto como uma peculiaridade geral dos fenômenos psíquicos, que distingue esta classe de fenômenos da classe dos fenômenos físicos. [...]

§ 9. Retrospectiva sobre as definições de ciência física e ciência psíquica.

[126] Para finalizar, façamos um resumo dos resultados das discussões sobre a distinção entre os fenômenos físicos e os fenômenos psíquicos. Primeiramente, tornamos intuitiva a índole especial de ambas as classes, mediante *exemplos*. A seguir definimos os fenômenos psíquicos como *ideias* [*Vorstellungen*], e como fenômenos que se fundam *em ideias*; todos os outros fenômenos pertencem aos fenômenos físicos. Depois disto, falamos do caráter da *extensão*, que alguns psicólogos consideraram como uma propriedade de todos os fenômenos físicos, carecendo os psíquicos dela. Mas esta afirmação encontrou contradições que somente poderão ser resolvidas em investigações posteriores; por ora, só cabe afirmar que os fenômenos psíquicos aparecem, efetivamente, desprovidos de extensão, em sua totalidade. A seguir, encontramos, como característica definidora de todos os fenômenos psíquicos, [127] a *inexistência intencional*, a referência a algo como objeto; nenhum fenômeno físico revela algo parecido. Definimos, além disso, os fenômenos psíquicos como o exclusivo *objeto da percepção interna*; assim somente eles são percebidos com evidência imediata; só eles são percebidos, no sentido rigoroso da palavra. Uma característica adicional deles é que são os únicos fenômenos que têm uma *existência real* [*wirkliche Existenz*], além da intencional. Por fim, ressaltamos, como característica distintiva, que os fenômenos psíquicos que alguém percebe, apesar de sua diversidade, lhe aparecem sempre *como uma unidade*, ao passo que os fenômenos físicos que ele percebe simultaneamente não se apresentam do mesmo modo como fenômenos parciais [*Theilphänomene*] de um único fenômeno.

A característica que melhor distingue os fenômenos psíquicos é, sem dúvida, a inexistência intencional. Graças a esta, como também às outras características indicadas, podemos considerá-los como claramente definidos frente aos fenômenos físicos. [...]